

Dois ensaios de Pierre Nicole

<https://doi.org/10.26512/rfmc.v11i1.50247>

Cláudio Araújo Reis*
Universidade de Brasília

<http://lattes.cnpq.br/2187826235326171>
<https://orcid.org/0000-0003-4355-4903>
reis@unb.br

* Possui graduação em Filosofia pela Universidade de Brasília (1988), graduação em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (1986), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992) e doutorado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Atualmente é Consultor Legislativo no Senado Federal e professor adjunto da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Ética e Filosofia Política.

Cláudio Araújo Reis

Apresentação

Dentre os grandes nomes do Grande Século, o de Pierre Nicole (1625-1695) não costuma ser dos mais lembrados hoje – a não ser por sua vinculação a Antoine Arnauld, o Grande Arnauld, com quem escreveu a célebre *Logique de Port-Royal*. No entanto, até o final do século XVIII, Nicole foi um dos mais lidos e admirados dentre os autores associados com a literatura moralista do século XVII. Se seu prestígio decaiu a partir do século XIX, ao ponto do quase esquecimento nos séculos XX e XXI, nem por isso seu pensamento deixa de ter um grande interesse histórico, como um elo especialmente significativo no desenvolvimento do pensamento social moderno.

Os dois ensaios cuja tradução publicamos agora fazem parte de seus *Essais de morale*, publicados originalmente em quatro volumes entre 1671 e 1678. O primeiro deles, “Da civilidade cristã”, foi publicado originalmente em 1670 em um volume intitulado *Traité de l'éducation d'un prince* e, no ano seguinte, republicado como parte do tomo 2 dos *Essais*. O segundo, “Da caridade e do amor-próprio”, apareceu no terceiro volume da coleção de ensaios, publicado em 1675.

Ambos se situam em uma rica tradição, que floresceu de maneira particularmente exuberante no século XVII francês, e que poderíamos chamar de “literatura moralista” – o *leitmotiv* do amor-próprio já deixa isso suficientemente claro. Nicole, associado estreitamente (ainda que com alguma distância crítica) ao jansenismo, é um herdeiro direto do agostinismo que marcou o desenvolvimento da literatura moralista no período. Não obstante, o desenvolvimento que dá ao tema do amor-próprio, mesmo partindo da oposição agostiniana entre a ordem da concupiscência (do amor-próprio) e a ordem do amor a Deus (de que faz parte a caridade), aponta na direção de uma autonomização da teoria social, de sua “libertação” de premissas teológicas. A tese central dos dois ensaios – a de que as ordens da caridade e do amor-próprio se equivalem por seus efeitos – abre a possibilidade de pensarmos a ordem social em termos não-morais e, mesmo, puramente mecânicos e materiais, como fica claro no curioso uso que faz Nicole, no ensaio sobre a caridade e o

amor-próprio, da teoria cartesiana dos turbilhões como analogia para a ordem social. A mesma indicação podemos retirar das referências, indiretas, mas transparentes, que o autor faz ao pensamento hobbesiano em mais de uma ocasião.

Nicole, assim, antecipa em seus ensaios temas e abordagens que terão um seguimento importante, já no século seguinte, no desenvolvimento das ciências sociais. Não seria demasiado ver, em suas reflexões sobre a ordem que surge (por assim dizer espontaneamente) do amor-próprio – de resto antes um princípio de desordem do que de ordem –, uma antecipação tanto da tese mandevilliana dos vícios privados que se manifestam, por seus efeitos, como benefícios públicos, quanto, até mesmo, da hipótese da “mão invisível” atribuída a Adam Smith (também poderíamos aqui evocar a tese da “força civilizatória da hipocrisia”, na formulação de Jon Elster). E há muito já se observou que a anatomia que os moralistas clássicos do século XVII elaboram do amor-próprio antecipa, em algum grau, as especulações sobre o inconsciente (e aqui Nicole encontra as grandes companhias de Pascal, uma de suas referências constantes, e de La Rochefoucauld, para lembrar dois nomes fundamentais).

Da mesma forma, a metáfora do “comércio” (de resto tradicional), amplamente presente no texto sobre a civilidade cristã, anuncia, na forma como Nicole se apropria dela, as teorias que apontam o *doux commerce* como um dos traços marcantes das sociedades modernas, em contraste com o caráter belicoso e rude das sociedades antigas.

É nesse cruzamento – entre teses teológicas, perspectivas moralistas, novas abordagens materialistas da vida social, no contexto de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que via amadurecer um longo processo de sedimentação de soluções e práticas políticas em torno do Estado moderno, via os primeiros sinais de transformações econômicas e sociais por vir – que se situa a obra de Pierre Nicole, e isso faz sua riqueza. Os dois ensaios que apresentamos agora em tradução fornecem uma ilustração especialmente eloquente disso.

Usamos como base para a tradução o texto proposto por Laurent Thirouin em sua edição parcial dos *Essais*, publicada em 1999 (Nicole, Pier-

re. *Essais de morale*. Escolha de textos, introdução e notas por Laurent Thirouin. Paris: PUF, 1999). O texto reproduz a versão da edição de 1693 dos *Essais*, última em vida de Pierre Nicole.

Uma única observação a respeito da tradução: optamos por traduzir o termo francês *honnêteté* por “correção”, e não por “honestidade”, que, em nossa opinião, consiste, neste caso, em um falso cognato. O termo *honnêteté* (e expressões como *honnête homme*), tal como aparece na pena dos moralistas clássicos franceses do século XVII, tem um sentido que poderíamos chamar de quase técnico, que se aproxima mais da ideia ciceroniana do *decorum* do que da noção de “honestidade”, tal como essa palavra é comumente usada no português contemporâneo. De todo modo, mantivemos no texto, entre colchetes, todas as ocorrências do termo *honnêteté*, de modo que os leitores e as leitoras possam julgar por si mesmas.

Da Civilidade Cristã¹

Capítulo I **Como o amor-próprio produz a civilidade**

Não há nada de mais natural ao homem do que o desejo de ser amado pelos outros, porque não há nada mais natural do que amar a si mesmo. Ora, desejamos sempre que aquilo que amamos seja amado. A caridade, que ama a Deus, deseja que Deus seja amado por todas as criaturas; e a cupidez, que ama a si mesma, desejaria que fôssemos o objeto do amor de todos os homens.

Desejamos ser amados para que nos amemos ainda mais. O amor dos outros por nós faz com que nos julguemos mais dignos de amor e que a ideia que temos de nós mesmos se apresente a nós de uma maneira mais amável. Ficamos bem contentes quando nos julgam como julgamos a nós mesmos, porque nosso juízo, que é sempre fraco e tímido quando está sozinho, ganha segurança quando se vê apoiado pelo de outrem, e assim fixa-se em si mesmo com tanto mais prazer quanto menos está perturbado pelo medo de se enganar.

Mas o amor dos outros por nós não é apenas o objeto de nossa vaidade e o alimento de nosso amor-próprio, é também o leito de nossa fraqueza. Nossa alma é tão lânguida e tão fraca que não poderia sustentar-se, se não fosse como que suportada pela aprovação e pelo amor dos homens. E é fácil reconhecer isso imaginando um estado em que todo mundo nos condenasse, em que todos nos olhassem com ódio e desprezo, ou imaginando um esquecimento geral de todos com relação a nós. Pois quem poderia suportar essa visão sem medo, sem se perturbar, sem se abater? Ora, se essa visão nos abate, é preciso que a visão contrária nos sustente, mesmo sem que reflitamos sobre isso.

¹ *Essais de morale*, tomo 2, quarto tratado, 1ª edição, 1670 (*De l'éducation d'un prince*).

Como o amor dos homens é então necessário para nos sustentar, somos levados naturalmente a procurá-lo e obtê-lo. E como sabemos, por nossa própria experiência, que amamos aqueles que nos amam, amamos ou fingimos amar os outros, a fim de atrair sua afeição. É esse o fundamento da civilidade humana, que não é outra coisa senão uma espécie de comércio de amor-próprio, no qual tratamos de atrair o amor dos outros, demonstrando-lhes afeição.

Essas demonstrações de afeição são comumente falsas e excessivas; ou seja, demonstramos muito mais afeição do que sentimos, porque o amor-próprio que nos vincula a nós mesmos afasta-nos bastante do amor de outrem; mas, na falta de afeição verdadeira, substituímos por uma linguagem de afeição, que não deixa de ser bem recebida, porque estamos sempre dispostos a escutar favoravelmente tudo o que está em nossa vantagem. E assim podemos dizer de todos esses discursos de civilidade tão comuns na boca das pessoas mundanas e tão afastados dos sentimentos de seus corações: *Vana locuti sunt unusquisque ad proximum suum; labia dolosa in corde et ore locuti sunt.*^{II}

II “Cada um só fala e conversa com seu próximo sobre coisas vãs: seus lábios estão cheios de engano e falam com um coração duplo” (Salmo 11, 2).

CAPÍTULO II

Que pareceria que a caridade nos devesse afastar da civilidade.

Como todos esses movimentos são corrompidos, não vemos ainda que a caridade possa tomar parte nesse comércio de deveres humanos e de testemunhos de afeição que chamamos de civilidade; e parece, ao invés, que seu instinto deva levá-la a afastar-se disso. Pois, como ela é totalmente contrária ao amor-próprio, deve dar-nos inclinações totalmente contrárias. Leva-nos a nos odiar e não a nos amar; e parece, por conseguinte, que deve antes desejar o desprezo das criaturas do que seu amor: e sobretudo está bem longe de buscar esse amor por meio de falsas amabilidades ou por meio de palavras enganosas que em nada correspondem a nossa verdadeira disposição.

Deus só exige dos homens o seu amor. É esse o fim de tudo o que lhes ordena. Assim, quem quer que deseje que os outros se apeguem a ele, quer tomar o lugar de Deus (o que é o cúmulo da injustiça) e quer receber deles o tributo que só é devido a Deus, o que é uma usurpação criminosa. Podemos muito bem desejar que os outros tenham caridade por nós, mas não nos contentamos com isso. Pois a caridade pode subsistir com o conhecimento de nossos defeitos: e é isso que o amor-próprio não poderia suportar. Ele quer um amor que é estima e aprovação, e não piedade – principalmente quando se trata de defeitos espirituais, que são aqueles que o amor-próprio mais tem dificuldade de confessar. Enfim, ele não ama a caridade dos outros porque isso é um bem para eles, mas porque a toma como um sinal de que merecemos ser amados, e porque assim ela serve para aumentar a satisfação que temos conosco mesmos.

Contudo, há uma óbvia injustiça em querer ser amado dessa maneira, pois nós não somos amáveis. Não somos mais do que injustiça e pecado. Conhecer essas coisas e querer que sejam amadas é querer que os homens amem o vício. Se pretendermos escondê-las, queremos então que se enganem e que nos considerem diferentes do que somos efetivamente. Assim, de qualquer lado que consideremos esse amor, somos injustos por buscá-lo com tanta ânsia.

É verdade que não é injusto que os homens amem em nós o que Deus aí pôs. Mas se eles consideram essas coisas como nos pertencendo, somos ainda injustos por desejar esse amor, pois estão errados em nos atribuir os dons de Deus, como estamos errados em atribuí-los a nós mesmos. Se os consideram como puros favores de Deus que não fizemos por merecer e que talvez estraguemos pelo mau uso que fazemos, o amor deles é justo nessa medida, mas a satisfação que obtemos dele não o é; pois não é essa justiça que nos agrada, mas o pensamento vaidoso de que, seja como for, estamos bem no espírito dessas pessoas e de que eles têm por nós um olhar de estima, sobre o qual nos apoiamos para olhar-nos com mais estima.

Havendo então tanto perigo no amor das criaturas, parece que o instinto de caridade seja o de evitá-lo, com medo de que esse olhar secreto corrompa nossas melhores ações. É o que faz com que os santos procurem tanto a solidão e o que a torna tão útil a todo mundo. Pois separando-nos das criaturas, privamo-nos da perspectiva de seus julgamentos, da vã amabilidade de sua estima e da busca perversa de sua afeição.

Todas as amizades humanas serão aniquiladas pela morte, e entraremos todos nesse momento em uma solidão eterna, na qual todos os nossos vínculos serão rompidos. Pois os maus eles próprios serão separados uns dos outros, porque só terão aversão e ódio uns pelos outros. E os bons estarão tão repletos de Deus, que só verão as criaturas em Deus: de modo que a vista que terão delas não perturbará sua solidão e seu repouso por meio de algum olhar que os desvie, por menos que seja, de Deus; de modo que será Deus que amarão nelas, e verão, como está escrito, “que Deus será tudo em todos”.^{III} Se a vida atual deve ser uma preparação para a eterna, não seria preciso tentar desapegar-nos uns dos outros desde este mundo e acostumar-nos tanto quanto possível a nos contentar com Deus, privando-nos de todas essas satisfações humanas e de todos esses testemunhos de ternura que contentam apenas o amor-próprio, limitando-nos uns em relação aos outros aos serviços reais, que podem contribuir de algum modo para o bem de nossas almas?

III 1 Coríntios 15, 28. [NT]

Se o amor das criaturas é um suporte que nossa fraqueza busca, e já que devemos tentar nos tornar fortes, não seria preciso esforçar-nos também de nos privar desses suportes humanos para apoiar-nos mais em Deus ele próprio? Pois esses suportes têm isto de mau, que, ao sustentar nossa fraqueza, eles a mantêm e a aumentam, porque alimentando-nos com esse pão do amor-próprio, desgostamo-nos do pão sólido da justiça e da vontade de Deus, que é a fonte da força cristã.

A força de um corpo não está em não ter necessidade de seu suporte natural, que é a terra, mas em ter necessidade apenas da terra e poder dispensar todos os outros apoios exteriores. Assim, a força da alma está em não se apoiar sobre nenhuma criatura e em contentar-se com seu suporte natural, que é Deus. Basta, a uma alma que é forte, saber que Deus a vê, que ela faz parte de sua ordem e que executa sua vontade. Esse pão a alimenta, a sustenta, a fortifica e substitui tudo. E é isso também que Jesus Cristo quis nos ensinar, quando dizia de si próprio que seu alimento era cumprir a vontade de seu Pai: *Meus cibus est faciam voluntatem Patris mei*.^{IV}

Felizes os que se alimentam desse pão e que fazem dele suas delícias, pois esse pão não pode nunca lhes faltar! Que todas as criaturas o abandonem; que estejam oprimidos por misérias e doenças; que estejam agravados por opróbrios e ignomínias por parte dos homens: sempre terão esse alimento que os fortifica, que os sustenta e que os consola. Pois veem sempre a vontade de Deus em toda parte, sabem que ela é plena de justiça e de misericórdia, e isso lhes basta. Essa casa construída sobre a pedra não pode ser abalada pelos ventos, pelas chuvas e pelas tempestades. É sobre essa casa do justo, cheia de força, que se diz: *Domus justi plurima fortitudo*.^V É a isso que nos exorta o Sábio, quando nos ordena a juntarmo-nos a Deus, *conjugere Deo*,^{VI} pois quem se junta a Deus pelo amor de sua vontade é mais forte do que todos os homens, pois tem para si toda a força de Deus.

IV João 4, 34. [NT]

V Provérbios 15, 7. [NT]

VI Eclesiástico 2, 3. [NT]

É preciso tender para essa força: é preciso aspirar a experimentar esse alimento; mas como só fortificamos o corpo das crianças acostumando-o a andar sem apoio e privando-o das viandas da infância para alimentá-lo com viandas mais fortes e mais sólidas, parece também que não podemos alcançar a força cristã senão privando-nos de todos esses apoios que encontramos na indulgência e no amor das criaturas e acostumando-nos a contentar-nos com Deus apenas.

Parece, portanto, que devemos concluir disso tudo que não devemos desejar nem o amor das criaturas nem os testemunhos que elas nos prestam; que elas nos fazem favor ao nos esquecer; que a indiferença delas nos é favorável; que mesmo a afeição delas nos é perigosa. Mas seria preciso concluir também que devemos tratá-las igualmente com indiferença, que é preciso eliminar todas as civilidades não necessárias e limitar-nos apenas aos ofícios de caridade para com os outros? Poder-se-ia crer que isso é uma consequência das mesmas provas. Pois devemos amá-los como amamos a nós próprios; e não devemos desejar para eles o que acreditamos ser perigoso para nós. Assim tornar-nos-íamos incivis e selvagens por princípio de consciência. Contudo, isso parece contrário ao espírito e à prática de todos os santos, que eram cheios de ternura por seus amigos e que não moderaram a efusão de sua caridade, mesmo nas ocasiões em que não parecia tão necessário demonstrá-la. Não há nada mais terno do que São Paulino, Santo Agostinho e São Bernardo. É preciso cuidar, pois, de não levar essas máximas longe demais; e é isso que nos obriga a examinar se a caridade não tem motivos e razões que a possam levar a praticar os deveres da civilidade na sociedade; e se ela não pode fazer muito puramente e muito sinceramente o que as pessoas mundanas fazem com um espírito interessado e sob disfarce.

CAPÍTULO III

Como a caridade pode tomar parte nos deveres de civilidade.

E primeiramente, no que concerne à sinceridade, a caridade não deve temer feri-la nas civilidades que presta ao próximo. E pode-se dizer que, quanto a isso, cabe apenas à caridade ser civil, porque apenas ela pode sê-lo sinceramente. Pois honrando e amando no próximo, como ela faz, a Jesus Cristo mesmo, pode ela temer honrá-lo ou amá-lo excessivamente? Se nem sempre sentimos pelos outros toda a ternura que demonstramos, basta que estejamos convencidos de que deveríamos senti-la e que tratássemos de adquiri-la por meio dessas demonstrações mesmas que lhes damos. Pois isso faz com que não sejam falsas e enganosas, já que estão conformes a nosso desejo e a nossa inclinação.

É também apenas a caridade que nos fornece razões gerais para amar todos os homens e de nos submeter a eles. O amor-próprio nos faz amar apenas aqueles que nos amam e que nos são úteis; ele nos sujeita apenas àqueles que são mais poderosos do que nós; e ele nos leva ao contrário a querer dominar sobre todos os outros tanto quanto nos é possível. Mas a caridade envolve a todos os homens em seu amor e em sua submissão. E os vê todos como obras do Deus que ela adora, como resgatados pelo sangue de seu Salvador, como chamados ao reino a que ela aspira. E essas qualidades lhe bastam para amá-los e mesmo para fazer com que os vejamos como nossos mestres, pois devemos nos considerar muito felizes de servir nas menores coisas aos membros de Jesus Cristo e aos eleitos de Deus. Ela possui então em si mesma as verdadeiras fontes da civilidade, que são um amor e uma submissão interior aos outros: e quando dá mostras disso exteriormente, isso não é senão uma efusão totalmente natural dos movimentos que imprime ao coração.

A civilidade consiste em ceder aos outros, tanto quanto a ordem da sociedade possa permitir, em preferi-los a nós mesmos, em considerá-los acima de nós mesmos. O orgulho, que nos rebaixa efetivamente com relação a eles, não pode suportar isso; mas a caridade, que nos eleva acima de muitos, não tem dificuldade em se rebaixar desse modo, não por fingimento ou disfarce, mas por um juízo verdadeiro que nos leva

a fazer sobre nós mesmos. Escutemos o que diz o sábio. “Eis aqui”, diz ele, “as palavras de um homem com quem Deus está e que, estando fortificado pela presença de Deus que o preenche, disse (será, portanto, a linguagem da caridade que ouviremos, pois é isso que sai de um coração cheio de Deus; o que ele dirá então?): Eu sou o mais louco de todos os homens e a sabedoria dos homens não está comigo. Não aprendi a sabedoria e não conheço a ciência dos santos”. *Stultissimus sum virorum, et sapientia hominum non est mecum: non didici sapientiam, et non novi scientiam sanctorum.*^{VII} Essa plenitude de Deus termina por fazê-lo conhecer a profundidade de sua ignorância e seu nada, e por fazê-lo ver-se como o mais miserável de todos os homens. E esse conhecimento não é falso, porque tem por objeto o que lhe convém por natureza – segundo a qual é verdade que os mais justos não são menos corruptos do que os mais perversos –, e porque fazendo-o ver seus defeitos de mais perto do que os dos outros, ele pode dizer verdadeiramente que são maiores a seus olhos; como dizemos que a lua é maior do que as estrelas, porque ela nos aparece assim, vendo-a de mais perto.

A caridade tem então tudo o que lhe é necessário para ser sinceramente civil; e pode-se dizer que encerra uma civilidade interior dirigida a todos os homens, que lhes seria infinitamente agradável, se a vissem. Mas será que é bom que essa civilidade se mostre? Será que podemos ter motivos legítimos para demonstrá-la exteriormente, já que o motivo de atrair a afeição dos homens por prazer é mal e corrompido? É verdade que se houvesse apenas esse motivo, a caridade seria levada antes a esconder sua afeição do que a revelá-la. Mas ela tem muitos outros. E o primeiro é que, comunicando-se por meio dessas manifestações exteriores de amizade pelos homens, ela se alimenta e fortifica a si mesma. Ela mostra que os ama a fim de amá-los mais. Pois a caridade é um fogo que tem necessidade de ar e de matéria e que logo se extingue, se fica sempre abafado. É uma virtude que precisa ser exercitada, como as demais. Como dá vida, saúde e força a nossas almas, devemos buscar ocasiões de praticá-la. E não há ocasiões mais frequentes do que as que a civilidade nos fornece.

VII Provérbios 30, 1-3. [NT]

Nossas almas estão sujeitas a mais de um tipo de doença; e é preciso tomar muito cuidado para que, evitando umas, não caiamos em outras mais perigosas. É um mal comprar-se no amor que os homens têm por nós. Mas é ainda um mal maior ter indiferença pelos homens, ser insensível a seu bem e a seu mal, fechar-se apenas em si, pensar apenas em si; e o amor-próprio não nos dá uma inclinação menor a esse vício do que a todos os outros. Ora, acontece muitas vezes, se não tomamos cuidado, que, pretendendo libertar-nos desse comércio de civilidade e de amizade para com os homens, caímos em um estado de secura, de frieza e de indiferença interior por eles. Esquecemo-los, não para nos vincular a Deus, mas para nos encher de nós mesmos. Afastamo-nos deles insensivelmente. Eles se tornam estrangeiros para nós. E querendo praticar a caridade de uma maneira muito espiritual, perdemos efetivamente a caridade espiritual e a afeição humana, que é o liame da sociedade civil.

A caridade se inclina ainda para a civilidade pelas vantagens que tira dela: pois não haveria nada de mais útil do que a civilidade, se soubéssemos bem administrá-la. Ela nos dá oportunidade de reverenciar, nos homens, todas as graças que Deus lhes distribui e de variar nossos movimentos interiores de acordo com a diversidade dessas graças. Pois se se trata de uma pessoa penitente e que Deus retirou dos desregramentos do mundo, devemos reverenciar nela a força da graça de Jesus Cristo e sua vitória sobre o mundo. Devemos respeitar nela a penitência e considerá-la como estando, por essa virtude, acima de nós. Se são pessoas de importância, reverenciamos neles a autoridade de Jesus Cristo, da qual participam; e se são pessoas de importância e virtuosas, reverenciamos a grandeza da graça que receberam, que lhes faz superar todos os obstáculos de sua condição. Reverenciamos a pobreza de Jesus Cristo nos pobres, sua humildade nos que são humildes ou que estão em um estado aviltado; sua pureza nas virgens; seus sofrimentos naqueles que estão aflitos; e enfim, sob a aparência de uma virtude totalmente humana, praticamos e honramos todas as virtudes cristãs.

É verdade que poderíamos fazer mais ou menos essas coisas por meio de ações puramente interiores. Mas é útil ser advertido a praticá-las; e os deveres da civilidade humana nos advertem, assim como os deveres exteriores de respeito que prestamos a Deus pela postura do corpo nos

advertem a tentar pôr nossa alma na disposição interior de respeito e de adoração em que devemos estar diante da divina Majestade. E essas advertências são-nos tanto mais úteis quanto mais frequentes são, enquanto é bastante raro que possamos praticar a caridade para com o próximo prestando-lhes serviços reais, já que as ocasiões não se apresentam com frequência. Mas o comércio da civilidade é bem mais comum e mais contínuo. Custa-nos pouco e nos dá um meio de ganhar muito por esse exercício contínuo da caridade.

Capítulo IV

Vantagens que a prática da civilidade proporciona àqueles para quem a exercemos.

Mas se a prática dessa civilidade cristã é útil para nós, ela não o é menos para os outros. Se eles são espirituais, a afeição que lhes demonstramos redobra sua caridade; e se são carnisais, ela adula, na verdade, seu amor-próprio, o que é um mal que decorre da má disposição deles, mas os preserva de um mal muito maior, no qual cairiam se não cuidássemos de sustentá-los demonstrando-lhes afeição. Pois se não se cuida de entretê-los dessa maneira pelos deveres da civilidade humana, eles se afastam absolutamente daqueles que os tratam com indiferença e perdem toda a fé que tinham neles, de modo que nos tornamos incapazes de servi-los. Cabe então à caridade sustentá-los nessa fraqueza, mostrando-lhes que são amados e estimados, esperando que a caridade suceda a essa disposição imperfeita.

É preciso agir com os homens como homens e não como anjos. E assim é necessário que nossa conduta para com eles seja proporcional a seu estado comum. Ora, esse estado comum é que a amizade e a união que há entre as pessoas, mesmo as piedosas, está ainda mesclada de muitas imperfeições; de modo que devemos supor que, além dos laços espirituais que os unem entre si, são ainda vinculados por uma infinidade de pequenas cordas totalmente humanas, as quais não percebem, e que consistem na estima e na afeição que têm uns pelos outros e nas pequenas consolações que obtêm do comércio entre si. E a firmeza de sua união não depende apenas desses laços espirituais, mas também dessas outras cordas humanas que a conservam.

Segue-se que quando essas pequenas cordas vêm a romper-se por uma infinidade de pequenos escândalos, de pequenos descontentamentos, de pequenas negligências, acabamos depois nos dividindo quanto às coisas mais importantes; e se prestarmos bastante atenção, veremos que todas as deploráveis desuniões que vemos acontecer entre pessoas piedosas, anteriormente muito unidas, foram comumente precedidas de um esfriamento das relações causado pela falta de cuidado em cumprir certos

deveres de civilidade. Seria de fato desejável que a união dos cristãos entre eles fosse mais firme, mais pura, mais independente de todos esses consolos humanos; e é preciso fazer um trabalho sobre si mesmo para poder dispensar esses consolos. Mas a caridade parece obrigar a não nos eximir face aos outros desses deveres aos quais a civilidade nos obriga, não por julgá-los fracos, mas supondo que podem tornar-se fracos, e evitando assim dar a eles algum pretexto para diminuir sua amizade conosco.

É por isso que tornar a piedade amável às pessoas mesmo do mundo, a fim de atraí-las suavemente para a piedade, é uma coisa que nos é recomendada pelos apóstolos. Ora, é impossível que ela seja amável se ela é feroz, incivil, grosseira, e se ela não toma cuidado de demonstrar aos homens que ela os ama, que ela deseja servi-los e que ela está plena de ternura por eles. Se não os servimos efetivamente por esses meios, ao menos não os chocamos, e sempre preparamos o espírito deles para receber a verdade com menos oposição. É preciso então tratar de purificar a civilidade e não de bani-la. É preciso atrair a afeição dos homens, não para comprazer-se perversamente com isso, mas a fim de que essa afeição nos ponha em condições de servi-los e porque essa afeição mesma é um bem para eles, que lhes faz ter estima pela piedade, que os prepara para ela, se não a têm, e que serve para conservá-la, se a têm.

O apóstolo São Pedro, ao nos recomendar inspirar a humildade em todas as coisas – *Humilitatem in omnibus insinuantem*^{VIII} – não nos está recomendando uma prática contínua da civilidade? Pois a civilidade é uma humildade exterior, e ela se torna interior quando nós a exercemos por motivos espirituais. São Paulo a prescreve ainda expressamente, quando ordena que nos antecipemos uns aos outros nas demonstrações de respeito: *Honore invicem praevenientes*.^{IX}

VIII 1 Pedro 5, 5. [NT]

IX Romanos 12, 10. [NT]

Capítulo V

Meio de conciliar essas contrariedades aparentes.

Regras que devemos observar na prática da civilidade.

Eis aí um combate, não de vícios, mas de virtudes. É preciso buscar a afeição dos homens, demonstrando-lhes afeição por meio dos deveres de civilidade: para servi-los, para conservar a união entre eles, para impedir que se afastem de nós e que a caridade não se extinga neles, para aumentar e para alimentar a caridade em nós mesmos, para praticar diversas virtudes. É preciso privar-se da busca da afeição dos homens e de tudo o que a atrai, porque é uma tentação para nós; porque as amabilidades humanas nos mantêm em um estado de fraqueza espiritual; porque devemos tender desde esta vida a nos contentar apenas com Deus e a nos separar de todo o resto. De um lado e de outro, há razões espirituais. Mas quais devem prevalecer? É bastante difícil decidir. Vemos que os santos seguiram ora umas, ora outras. Eis aqui, porém, algumas regras que parece que podemos observar.

Quando há pouca esperança de poder servir a certas pessoas, quando não somos responsáveis por elas, quando o comércio que podemos ter com elas pode nos ser nocivo, nem que seja apenas pelo tempo que seria preciso gastar, é preciso contentar-se, com relação a elas, com os deveres indispensáveis de civilidade, que as escandalizariam se faltássemos com eles, e é preciso eliminar todos aqueles que teriam por único fim agradar-lhes e estabelecer com elas um vínculo particular.

Quando somos atraídos para uma solidão extraordinária e que reconhecemos que essa solidão nos vincula a Deus sem nos vincular a nós mesmos e sem nos levar à indiferença por nossos amigos, temos mais liberdade de escapar aos comércios da civilidade que não sejam absolutamente necessários, desde que nosso gênero de vida nos sirva de desculpa e que nosso retiro seja tão uniforme que não dê margem para que nos acusem de faltar com esses deveres para com os outros por desprezo e por indiferença.

Mas se levamos uma vida comum, se conservamos por necessidade diversos laços com o mundo, se a solidão completa não nos é apropriada, se nós mesmos temos necessidade de alguns consolos humanos, se contraímos, na ordem de Deus, diversas uniões com várias pessoas às quais não é bom renunciar, parece muito mais vantajoso tomar a outra atitude, que é a de dispor das ocasiões de demonstrar-lhes afeição e de se fazer amar por eles.

É preciso apenas fazer com que nossa civilidade seja diferente da das pessoas mundanas: que seja totalmente verdadeira e totalmente sincera; que não seja nem leviana, nem adúladora; que não se derrame em palavras, em cumprimentos, em elogios; que não tome uma parte considerável de nosso tempo; que não seja uma fonte de diversão e de inutilidades; que inspire a piedade e que manifeste modéstia; e se aparenta para os homens a bondade e a suavidade de Jesus Cristo, que seja apenas para lhes inspirar a fuga e a aversão do espírito do mundo e para conduzi-los a levar uma plena vida cristã.

Não se deve jamais, contudo, tomar como regra geral praticar a civilidade com todo mundo; pois há pessoas de que não podemos nos livrar sem algum tipo de incivilidade e que nos sufocariam com visitas e bilhetes, se demonstrássemos amabilidade. É preciso então, necessariamente, demonstrar a essas pessoas alguma frieza, temendo que nos roubem aquilo que temos de mais precioso, que é nosso tempo. Se podemos nos livrar desse comércio inútil sem lhes dar motivo de queixa, tanto melhor. Mas se não podemos, mais vale que eles se queixem de nós do que possam nos censurar com justiça o que diz a Escritura: que os estrangeiros devoraram tudo o que era mais necessário para sustentar nossa vida sem que tenhamos percebido. *Comederunt alieni robur ejus, et nescivit.*^X

X Oséias 7, 9. [NT]

Da caridade e do amor-próprio^{XI}

CAPÍTULO I

Caridade e amor-próprio, semelhantes em seus efeitos. O que se deve entender pelo nome de amor-próprio. Que é o ódio que se tem pelo amor-próprio dos outros que o obriga a disfarçar-se.

Embora não haja nada tão oposto à caridade – que refere tudo a Deus – do que o amor-próprio – que refere tudo a si –, não há, contudo, nada tão semelhante aos efeitos da caridade do que os do amor-próprio. Pois caminham de tal modo pelas mesmas vias, que é quase como se a melhor maneira de se indicar os caminhos pelos quais a caridade nos deve conduzir seria apontar aqueles que um amor-próprio esclarecido escolhe – um amor-próprio que sabe conhecer seus verdadeiros interesses e que tende, pela razão, ao fim a que se propõe.

Essa conformidade de efeitos em princípios tão diferentes não parecerá estranha àqueles que compreenderam bem a natureza do amor-próprio. Mas, para conhecê-la, é preciso antes considerar o amor-próprio em seu fundo e em suas primeiras inclinações, a fim de ver em seguida de que maneira ele se disfarça para se esconder da vista do mundo.

O nome do amor-próprio não é suficiente para fazer-nos conhecer sua natureza, pois é possível amar-se de muitas maneiras. É preciso acrescentar a isso outras qualidades suas para que se possa formar dele uma ideia verdadeira. Essas qualidades são que o homem corrompido não apenas ama a si mesmo, mas se ama sem limites e sem medida, ama apenas a si, refere tudo a si. Deseja para si todo tipo de bens, de honrarias, de prazeres e só os deseja para si mesmo ou em relação a si mesmo. Faz-se o centro de tudo: gostaria de dominar tudo e que todas as criaturas só se ocupassem de contentá-lo, de louvá-lo, de admirá-lo. Essa disposição tirânica, estando impressa no fundo do coração de todos os homens, torna-os violentos, injustos, cruéis, ambiciosos, adutores, in-

XI *Essais de morale*, tomo 3, segundo tratado, 1ª edição, 1675.

vejosos, insolentes, brigões. Em uma palavra, encerra as sementes de todos os crimes e de todos os desregramentos dos homens, desde os mais leves até os mais detestáveis. Eis aí o monstro que encerramos em nosso peito. Ele vive e reina absolutamente em nós, a menos que Deus tenha destruído seu império ao verter um outro amor em nosso coração. Ele é o princípio de todas as ações que não têm outro princípio além da natureza corrompida; e ao invés disso nos horrorizar, só amamos e odiamos todas as coisas que estão fora de nós na medida em que são conformes ou contrárias às inclinações desse princípio.

Mas se o amamos em nós mesmos, não o tratamos da mesma forma quando o percebemos nos outros – longe disso. Ele nos aparece então, ao contrário, em sua forma natural, e mesmo o odiamos tanto mais quanto mais nos amamos, porque o amor-próprio dos outros homens se opõe a todos os desejos do nosso. Gostaríamos que todos os outros nos amassem, nos admirassem, se submetessem a nós; que só se ocupassem de nossa satisfação. E não apenas não têm eles nenhum desejo disso, mas nos acham ridículos por pretender tal coisa, e estão prontos não só a nos impedir de satisfazer nossos desejos, mas a nos sujeitar aos seus e a exigir as mesmas coisas de nós. Eis aí, por esse meio, todos os homens em luta uns contra os outros; e se aquele que disse que eles nascem em um estado de guerra e que cada homem é naturalmente o inimigo de todos os outros tinha apenas a intenção de representar, por essas palavras, a disposição do coração dos homens uns em relação aos outros, sem pretender que essa disposição seja legítima e justa, terá dito uma coisa tão conforme à verdade e à experiência quanto contrária à razão e à justiça.

CAPÍTULO II

Como o amor-próprio pôde unir os homens em uma mesma sociedade.

Descrição dessas sociedades formadas pelo amor-próprio.

Não se entende, antes de mais nada, como é possível que sociedades, repúblicas e reinos possam se formar a partir dessa multidão de gente cheia de paixões tão contrárias à união, gente que não tende senão a destruírem-se uns aos outros; mas o amor-próprio, que é a causa dessa guerra, conhece bem o meio de fazê-los viver em paz. Ele ama dominar: ama subjugar todo o mundo, mas ama a vida e as comodidades e as facilidades da vida ainda mais do que ama a dominação; e vê claramente que os outros não estão dispostos a se deixar dominar, e estão antes prontos a tirar-lhe todos os bens que mais ama. Cada um se vê então impotente para ter sucesso nos desígnios que sua ambição lhe sugere e teme justamente perder, por meio da violência dos outros, os bens essenciais que possui. É isso que obriga cada um, primeiramente, a limitar-se aos cuidados de sua própria conservação, e para isso não encontra outro meio senão unir-se com outros homens para afastar por meio da força aqueles que tentariam roubar sua vida ou seus bens. E para fortalecer essa união, fazem-se as leis e ordenam-se punições contra os que as violam. Assim, as rodas e os patíbulos estabelecidos em comum são os meios para reprimir os pensamentos e os desígnios tirânicos do amor-próprio de cada particular.

O medo da morte é então o primeiro laço da sociedade civil e o primeiro freio do amor-próprio. É o que força os homens, apesar de tudo, a obedecer às leis e que os faz esquecer aqueles vastos pensamentos de dominação, de tal modo que a maioria deles quase não os têm mais, tanto veem a impossibilidade de ter sucesso.

Vendo-se assim sem acesso à violência aberta, ficam forçados a buscar outras vias e a substituir a força pelo artifício, e não encontram outra via senão tentar satisfazer o amor-próprio daqueles de que têm necessidade, ao invés de tiranizá-los.

Uns tratam de tornar-se úteis aos interesses deles, outros empregam a lisonja para prevalecer. Dá-se para obter. Essa é a fonte e o fundamento de todo comércio que se pratica entre os homens, e que se diversifica de mil maneiras. Pois não são apenas mercadorias que se trocam por outras mercadorias, há também um tráfico de trabalhos, de serviços, de assiduidades, de civilidades; e tudo isso é trocado ou por coisas de mesma natureza ou por bens mais reais, como quando obtemos comodidades efetivas por meio de vã condescendência.

É assim que, por meio desse comércio, todas as necessidades da vida são, de algum modo, satisfeitas, sem que nisso a caridade entre. De modo que nos Estados em que ela não tem influência, porque neles a verdadeira religião é banida, não se vive menos pacífica, segura e comodamente do que em uma república de santos.

Não é que essa inclinação tirânica, que leva a querer dominar os outros pela força, não esteja sempre viva no coração dos homens; mas como eles se veem na impossibilidade de ter sucesso, são forçados a dissimulá-la, até que se fortaleçam, conquistando outros homens por meios suaves, para ter em seguida o meio de sujeitar outros pela força. Cada um pensa então, antes de mais nada, em ocupar os primeiros lugares da sociedade em que está; e se alguém se vê excluído desse primeiro lugar, pensa nos seguintes. Em uma palavra, ocupa-se o lugar mais alto que se consegue e só se é rebaixado por força. Em todos os estados e em todas as condições, sempre se busca adquirir alguma preeminência, autoridade, intendência, consideração, jurisdição, e estender seu poder tanto quanto possível. Os príncipes vão à guerra contra seus vizinhos para estender os limites de seus Estados. Os oficiais dos diversos corpos de um mesmo Estado pisam uns sobre os outros. Tratam de suplantar e de rebaixar uns aos outros em todos os empregos e em todos os ministérios; e se as guerras que se passam aí não são tão sangrentas quanto as que os príncipes fazem não é porque as paixões não sejam tão vivas e tão acerbadas, mas é porque comumente temem as penas com que as leis ameaçam aqueles que recorrem a meios violentos.

Nada é mais adequado para representar esse mundo espiritual formado pela concupiscência do que o mundo material formado pela natureza,

quer dizer, esse conjunto de corpos que compõem o universo. Pois vê-se aí da mesma forma que cada parte da matéria tende naturalmente a se mover, a se estender e a sair de seu lugar; mas que, pressionada por outros corpos, fica reduzida a uma espécie de prisão, da qual escapa tão logo aconteça ter mais força do que a matéria que a envolve. Essa é a imagem do constrangimento em que o amor-próprio de cada particular está reduzido pelo amor-próprio dos outros, que não o permite ficar tão confortável quanto gostaria. E ver-se-á todos os outros movimentos representados na sequência dessa comparação. Pois assim como esses pequenos corpos aprisionados, vindo a juntar suas forças e seus movimentos, formam grandes massas de matéria que chamamos de turbilhões, que são como os Estados e os reinos; e como esses turbilhões estão eles próprios pressionados e aprisionados por outros turbilhões, como pelos reinos vizinhos, formam-se pequenos turbilhões em cada grande turbilhão, que, embora seguindo o movimento geral do grande corpo que os carrega, nem por isso deixam de ter um movimento particular e de forçar ainda outros pequenos corpos a girar em torno deles: da mesma forma, as pessoas de importância em um Estado seguem desse modo o movimento, têm seus interesses particulares e são como que o centro de uma quantidade de gente que está atada a suas fortunas. Enfim, da mesma forma como todos esses pequenos corpos carregados pelos turbilhões giram ainda tanto quanto podem em torno de seu centro, também os pequenos que seguem a fortuna dos Grandes e a do Estado, em todos os serviços que rendem uns aos outros, não deixam de olhar para si mesmos e ter sempre em vista seu próprio interesse.

CAPÍTULO III

Que a inclinação mais geral que nasce do amor-próprio é o desejo de ser amado.

O que o amor-próprio busca particularmente ao dominar é que sejamos vistos pelos outros como grandes e poderosos, e que excitemos em seus corações movimentos de respeito e de humildade em conformidade com essas ideias. Mas, embora sejam essas as impressões que lhe são mais agradáveis, não são contudo as únicas de que se alimenta. Ama geralmente todos os movimentos que lhe são favoráveis, como a admiração, a confiança e principalmente o amor. Há muitas pessoas que não fazem o que é preciso para se fazer amar; mas não há nenhuma que não fique bem satisfeita de ser amada e que não veja com prazer nos outros essa inclinação do coração em seu favor, que é o que se chama de amor. Se não parece que nos esforçamos para atrair para nós esse amor é porque amamos ainda mais provocar sentimentos de medo e de humilhação inspirados por nossa grandeza ou porque, desejando, com muita paixão, agradar a certas pessoas, damos-nos menos ao trabalho de agradar a outras.

Mas isso não impede – mesmo quando, movidos por paixões mais fortes, comportamo-nos de uma maneira pouco apropriada a nos fazer amar – que queiramos ser amados e que nos sintamos incomodados quando percebemos no espírito dos outros movimentos de ódio e de aversão. Há mesmo muitas pessoas em que a inclinação de se fazer amar é mais forte do que a de dominar e que temem mais o ódio e a aversão dos homens e os juízos que produzem esses sentimentos do que amam ser ricos e poderosos e grandes. Enfim, enquanto há poucas pessoas de importância, e mesmo poucas pessoas que possam aspirar à grandeza, não há ninguém, ao contrário, que não possa pretender a se fazer amar.

Se o desejo de ser amado não é, portanto, a paixão mais forte que nasce do amor-próprio, é ao menos a mais geral. Questões de interesse, de ambição, de prazer barram muitas vezes seus efeitos, mas nunca a sufocam inteiramente. Ela está sempre viva no fundo do coração, e tão logo se encontre em liberdade, não deixa de agir e de nos inclinar em direção a tudo o que nos pode fazer obter o amor dos homens, assim como

nos faz evitar tudo o que imaginamos que possa atrair sua aversão. É verdade que nos enganamos às vezes em discernir as coisas que atraem o amor ou o ódio, e que há quem tenha um juízo melhor do que outros sobre essas coisas. Mas enganemo-nos ou não, é sempre a mesma paixão que age e que evita ou busca os mesmos objetos. Há mesmo um discernimento comum a todos os homens, até um certo grau; ou seja, todos conhecem até que ponto certas ações excitam o ódio e outras, o amor.

CAPÍTULO IV

Que o amor-próprio segue a caridade em muitas coisas, e particularmente em se esconder. Em que consiste a correção [honnêteté] humana.

Não é necessário avançar mais na descrição particular dos procedimentos do amor-próprio para fazer entender o quanto ele imita de perto a caridade. Basta dizer que o amor-próprio, ao nos impedir, graças ao medo do castigo, de violar as leis, afasta-nos por esse meio exteriormente de todos os crimes e torna-nos assim semelhantes por fora aos que os evitam por caridade; que, assim como a caridade nos leva a aliviar as necessidades dos outros tendo em vista Deus, que quer que reconhecamos seus favores servindo ao próximo, o amor-próprio as alivia tendo em vista seu próprio interesse; e que, enfim, não há ações a que sejamos levados pela caridade, que quer agradar a Deus, a que o amor-próprio não nos possa mover para agradar aos homens.

Mas ainda que o amor-próprio tenda, por meio desses três movimentos, a falsificar a caridade, é preciso contudo admitir que é o último movimento [de agradar aos homens] que melhor opera essa falsificação e que ele é bem mais extenso do que os dois outros. Pois há ocasiões em que nem o medo, nem o interesse têm lugar; e distinguimos frequentemente com bastante facilidade aquilo que se faz por medo humano ou por interesse grosseiro daquilo que se faz por caridade. Mas o mesmo não acontece com a busca do amor e da estima dos homens. Essa inclinação é tão fina e sutil, e ao mesmo tempo tão extensa, que não há nada em que não possa se infiltrar; e sabe tão bem se revestir com as aparências da caridade, que é quase impossível conhecer nitidamente o que distingue uma da outra. Pois ao trilhar os mesmos caminhos e ao produzir os mesmos efeitos, apaga com uma habilidade maravilhosa todos os traços e todas as características do amor-próprio, do qual nasce, porque vê bem que não obteria nada do que pretende se esses traços fossem notados. A razão é que nada atrai tanto a aversão quanto o amor-próprio e que ele não poderia se mostrar sem provocá-la. Nós mesmos experimentamos isso com relação ao amor-próprio dos outros. Não podemos

suportá-lo tão logo o descobrimos; e é fácil avaliar, a partir disso, que eles não são mais favoráveis ao nosso quando o descobrem.

É isso o que leva aqueles que são mais sensíveis ao ódio dos homens e que não gostam de se expor a ele a tratar de esconder, tanto quanto lhes é possível, seu amor-próprio da vista dos outros, de disfarçá-lo, de nunca o mostrar sob sua forma natural e de imitar a conduta daqueles que seriam totalmente isentos de amor-próprio – ou seja, as pessoas animadas pelo espírito da caridade e que só agiriam por caridade.

Essa supressão do amor-próprio é propriamente o que faz a correção [honnêteté] humana e é nisso que ela consiste; e é isso que deu ocasião a que um grande espírito deste século^{XII} dissesse que a virtude cristã destrói e aniquila o amor-próprio e que a correção [honnêteté] humana o esconde e o omite.

Assim, essa correção [honnêteté], que foi idolatrada pelos sábios pagãos, não é outra coisa senão, no fundo, um amor-próprio mais inteligente e mais hábil do que o que existe comumente na sociedade, um amor-próprio que sabe evitar o que prejudica a seus desígnios e que tende a sua finalidade – que é a estima e o amor dos homens – por uma via mais reta e mais razoável. É o que é fácil de fazer ver, mostrando como o amor-próprio imita as principais ações da caridade.

XII Trata-se de Pascal. Ver *Lógica de Port Royal*, Livro III, cap. 20. [NT]

CAPÍTULO V

Como o amor-próprio imita a humildade.

Não é difícil entender de que maneira a caridade nos torna humildes. Pois ao nos fazer amar a justiça, que é Deus ele mesmo, faz-nos odiar a injustiça, que é seu contrário. Ora, é uma injustiça plenamente visível – sendo, como nós somos, cheios de defeitos e culpados de tantos pecados – querer ser ainda honrados pelos homens e pretender merecer seus elogios, seja por qualidades humanas – e por conseguinte vãs e frívolas –, seja por dons que recebemos de Deus – e que não nos pertencem. Não apenas não é justo que o pecador seja honrado, mas é justo que seja rebaixado e humilhado. É a lei eterna que ordena isso: a caridade não apenas consente a essa lei, mas a ama; e pelo amor que lhe devota, abraça com alegria todas as humilhações e todos os rebaixamentos. Faz-nos odiar tudo o que cheira a orgulho e a vaidade; e como condena esses movimentos quando se elevam em nosso coração, impede-os assim de se apresentar exteriormente por meio de nossas palavras e de nossas ações, e os reduz assim a uma adequada modéstia.

Mas não há nada disso que o amor-próprio não imite perfeitamente. Pois ao ver o coração de cada homem totalmente voltado para si mesmo e naturalmente hostil à elevação de outrem, tem grande cuidado de não se expor à contrariedade e à malignidade dos outros.

Quem quer que elogie a si mesmo e que exiba o que crê possuir de bom, pretende com isso comparar os outros a si; e isso é mais ou menos a mesma coisa que se pedisse simplesmente que os outros lhe rendessem elogios e os considerassem com estima e amor. Ora, não há pedido que pareça mais incivil e incômodo ao amor-próprio dos homens do que esse. Ele se irrita e só responde a isso com galhofa e desprezo. Assim, os que são suficientemente sutis a ponto de conhecer esses caprichos evitam fazer esse tipo de demandas, isto é, afastam-se geralmente de tudo o que cheira a vaidade, de tudo o que tende a fazer notar e destacar suas vantagens, e tratam, ao invés, de parecer não dar atenção a isso e não as reconhecer em si próprios. É eis aí a modéstia que a correção [honnêteté] proporciona.

Não apenas a correção [honnêteté] faz com que se evitem as vaidades baixas e grosseiras e os elogios declarados a si mesmo, mas, como ela sabe que o amor-próprio dos outros é admiravelmente hábil em descobrir os desvios que tomamos para mostrar o que desejamos que seja visto em nós, renuncia a esses pequenos artifícios e aplica-se a evitá-los. Ela até mesmo nos levaria antes a falar de nós direta e abertamente do que nos servir dessas maldosas finezas, porque teme sempre ser surpreendida e porque sabe que, quando essa manobra é percebida, tem-se ainda mais prazer em ridicularizá-la. Assim, não há nada de mais simples e de mais humilde do que os discursos inspirados pela correção [honnêteté]. Ela não se apresenta nem se mostra em lugar nenhum e tem por regra nunca falar sobre si mesma ou então falar com mais frieza e indiferença de si mesma do que falaria dos outros.

Todos os que ouviram os dois maiores capitães deste século^{XIII} falar sobre a guerra sempre ficaram maravilhados com a correção [honnêteté] e com a modéstia de seus discursos. Ninguém nunca notou que lhes tenha escapado a esse respeito o menor sinal que se possa suspeitar de vaidade. Sempre se os viu fazendo justiça a todos os outros e nunca a eles mesmos; e frequentemente se poderia crer, ao ouvi-los narrar as batalhas em que mais se destacaram por sua conduta ou por seu valor, que não estiveram presentes ou que lá estavam, mas sem fazer nada. Que se leia o recito que correu Paris depois da batalha de Senef^{XIV}, ver-se-á essa grande ação diminuída pela metade. Parece que o Senhor Príncipe foi nela simples espectador. Ele estava em toda parte, mas quase não aparece em lugar nenhum; e nunca nada foi mais obscuro do que sua contribuição ao sucesso desse combate. Imagino que se São Luís enviasse no passado relatos do que fez no Egito, seriam como esses aí, tal é o modo como a santidade e a correção [honnêteté] se correspondem em suas ações exteriores e tendem igualmente a impedir que nenhuma

XIII Uma nota em uma das edições dos *Ensaíos* identifica esses dois capitães como o Príncipe de Condé (Louis II de Bourbon-Condé, general do exército francês na Guerra dos Trinta Anos) e M. de Turenne (Henri de La Tour d’Auvergne, visconde de Turenne, Marechal de França). [NT]

XIV Cidade na região belga de Hainaut, palco de uma sangrenta batalha durante a guerra da Holanda, em 1674. [NT]

vaidade transpareça – com esta única diferença entre uma e outra: que a santidade é motivada pela injustiça da vaidade, tendo em vista Deus, e a correção [honnêteté] é movida pela baixeza da vaidade, tendo em vista os homens.

Mas além do medo que tem a correção [honnêteté] de excitar contra si a aversão natural que todos os homens têm pela vaidade dos outros, pode ainda haver nessa conduta um sentimento mais sutil e mais delicado desse orgulho que nasce com o homem e que não o abandona. Essas pessoas que vemos tão embevecidas pelas ocasiões em que se distinguiram, que fatigam todo mundo com isso, como Cícero fazia a respeito de seu consulado, demonstram que a virtude não lhes é natural e que lhes foram necessários grandes esforços para elevar suas almas até esse estado em que estão tão contentes de se mostrar. Mas há bem mais grandeza em não ecoar as grandes ações, de modo que elas pareçam escapar de nós e nascer tão naturalmente da disposição de nossa alma que nem percebemos. Esse grau de virtude é sem dúvida bem mais heroico; e a correção [honnêteté] humana, quando em seu máximo, tenta, sem pensar expressamente nisso, sugerir esse grau de virtude ou, quando não é perfeita e provém antes da razão do que da natureza, tenta imitá-lo por habilidade e por política.

CAPÍTULO VI

A correção [honnêteté] e a caridade nos afastam da afetação, principalmente de afetar coisas que não convêm a nossa situação.

Quem não amaria este homem correto [honnête homme], de quem um grande espírito deste século fez este belo retrato:

“Em sociedade, ninguém é considerado versado em poesia se não exhibe as marcas do poeta, nem capaz em matemática se não exhibe as do matemático. Mas as pessoas verdadeiramente corretas [honnêtes] não querem marcas e não fazem diferença entre o mister de poeta e o de bordador. Não são chamados nem de poetas nem de geômetras, mas julgam todos esses. Ninguém penetra suas intenções. Falarão de coisas sobre as quais se falava antes de chegarem. Não se percebe neles uma qualidade mais do que outra, antes da necessidade de pô-la em uso: mas então todos lembram dela. Pois pertence igualmente a este caráter que não se diga deles que falam bem, quando não se trata de linguagem, e que se diga deles que falam bem, quando se trata disso. É, portanto, um falso elogio quando se diz de um homem, quando ele chega, que ele é um poeta muito hábil; e é um mal sinal quando só se recorre a ele quando se trata de julgar alguns versos. O homem é cheio de necessidades. Ele só ama aqueles que possam satisfazê-las. É um bom matemático, dirão; mas não tenho o que fazer com a matemática. É um homem que entende bem a guerra; mas não quero guerrear com ninguém. É preciso então um homem correto [honnête homme] que possa se acomodar a todas as nossas necessidades.”^{XV}

É impossível não amar um homem desse tipo; mas por que é amado? É porque parece que foi feito para os outros e não para si mesmo. Não incomoda nosso amor-próprio com uma afetação importuna. Não pretende forçar-nos a elogiá-lo exibindo o que não queremos ver. Se mostra o que tem de bom, não é para ele, é para nós. A correção [honnêteté], tornando-nos então sensíveis a esses juízos e a esses sentimentos

XV Citação de Pascal, segundo a edição de Port-Royal de seus *Pensamentos*. Corresponde aos pensamentos 587 e 605 da edição Lafuma. [NT]

favoráveis que ela dessa forma descobre no espírito dos outros, esforça-se, ao segui-lo, para merecê-los.

Mas se a correção [honnêteté] afasta-se de toda afetação em geral, foge com ainda mais cuidado daquela que tende a se mostrar por qualidades ou maneiras que não convêm a nossa situação e a nossa profissão: porque ela sabe que o amor-próprio dos outros homens, que sempre se choca com tal coisa, nunca falha em ver nisso o ridículo e fica bem orgulhoso quando, tendo a razão de seu lado, pode se servir dela para reprimir uma vaidade mal concebida.

Assim, segundo as próprias regras da correção [honnêteté] na sociedade, é muito ruim, e todo homem de bom senso deve evitar, o caráter de um eclesiástico que aparentasse o ar, as palavras e as maneiras da corte; que parecesse cheio de estima pelas bagatelas e pelas vaidades do mundo; que testemunhasse inclinação pela conversa das damas; que se vangloriasse de ser polido, delicado e espirituoso; que sugerisse, por seus discursos ou por seus escritos, que lê o que não devia ler, que sabe o que não devia saber e que ama o que não devia amar. Não se deve imaginar que a sociedade, que é frequentemente tão pouco justa com aqueles que lhe escapam, esteja disposta a aceitar aqueles que pretendem se distinguir dos outros por vias que dão tantas ocasiões de humilhá-los. Assim, não são poupados. Cada um torna-se espirituoso às custas desses aí e não há ninguém que não faça mil reflexões sobre a desproporção entre esse espírito totalmente profano e secular que eles exibem e a santidade de sua situação.

Não é necessário provar que a caridade está ainda mais afastada da afetação do que a simples correção [honnêteté]. Pois amando os outros e não amando a si mesma, basta-lhe seguir seus movimentos naturais para agir com uma correção [honnêteté] perfeita. Faz isso ainda melhor, porque o faz sinceramente e porque não há nada nela que se desminta, ao passo que essa correção [honnêteté] do amor-próprio não é tão uniforme. Se ela o reprime em um lugar, ele se mostra às vezes em outro e causa assim algum pequeno desgosto naqueles que o observam de bem perto. Mas como isso só acontece contra sua intenção, ele tem vergonha quando percebe, ou antes, quando sente que os outros perceberam.

CAPÍTULO VII

Que o amor-próprio responde da mesma maneira que a caridade à maior parte das questões que lhe são postas.

O amor-próprio, conduzido pela razão na busca da estima e da afeição dos homens, imita tão perfeitamente a caridade que, consultado quanto às ações exteriores, dá-nos as mesmas respostas que ela e nos encaminha pelas mesmas vias.

Pois se perguntamos à caridade, por exemplo, de que forma devemos estar dispostos com relação a nossos defeitos, ela nos dirá que devemos desconfiar extremamente de nossa própria luz, no que se refere àqueles mesmos que não acreditamos possuir; e que a convicção que devemos ter em geral acerca de nossa cegueira a esse respeito deve nos dispor a acreditar mais nos outros do que em nós mesmos; mas que, a respeito dos defeitos de que estamos convencidos, não haveria nada mais injusto do que querer desmentir e destruir, de certa forma, a luz do próprio Deus pretendendo justificar o que ela condena; e assim, o mínimo que podemos fazer para evitar esse orgulho criminoso é confessá-los sinceramente e humilhar-nos diante de Deus e diante dos homens.

Se fizermos agora a mesma questão ao amor-próprio, veremos que, ainda que ele não fale a mesma linguagem no fundo do coração, não obstante dá o mesmo conselho. Ainda que reconhecer nossos defeitos seja duro, ele dirá, e que queiramos apagá-los da memória dos homens assim como da nossa própria, é contudo claro que é impossível escondê-los. Quanto mais nos esforçarmos para disfarçá-los para os outros, mais serão engenhosos em descobri-los e maliciosos em fazê-los notar. Esse desejo mesmo de escondê-los será percebido como o maior dos defeitos, e não conseguiremos outra coisa, querendo dissimulá-los ou justificá-los, senão atrair a aversão e o desprezo. É preciso, portanto, necessariamente tomar um caminho totalmente contrário. Se não podemos ter a glória de não ter defeitos, é preciso ter a de conhecê-los e de não nos enganarmos sobre nós mesmos: *Bellum est sua vitia nosse*^{XVI}.

XVI “É uma bela coisa conhecer os próprios defeitos”. Citação de Cícero, *Carta a Atticus*. [NT]

Privemos então os outros do prazer de fazê-los notar, notando-os nós mesmos em primeiro lugar, e desarmemos assim a malignidade deles.

É com base em tais opiniões que a correção [honnêteté] se conduz, e é isso que a leva a jactar-se abertamente de reconhecer de boa fé todos os seus defeitos e de não achar ruim que os outros os percebam; e por esse meio adquire uma reputação de amável equidade – equidade que faz com que julguemos sobre nós mesmos sem cegueira e sem paixão, que sabe fazer justiça a si mesma e com a qual podemos concordar sem ser obrigado a testemunhar exteriormente que aprovamos o que não aprovamos.

É fácil perceber com base nisso que a caridade e o amor-próprio devem ser bastante conformes na maneira de acolher as repreensões e as advertências, e que opiniões e motivos muito diferentes devem uni-los na mesma conduta exterior. Conhecemos bem a conduta a que a caridade nos leva: pois considerando essas advertências como um bem muito grande e como um meio favorável de nos livrarmos de nossos defeitos, ela as recebe não apenas com alegria, mas com avidez. Mesmo o amargor que as acompanha é-lhe agradável, porque ele nos proporciona o bem da humildade e enfraquece o amor-próprio, que a caridade vê como seu principal inimigo. Assim, longe de demonstrar desgosto ou amargura aos que nos proporcionam esse bem, ela nada poupa para exprimir sua gratidão, para aliviar o medo deles de nos ter magoado, para estimulá-los a fazer-nos frequentemente o mesmo favor e para eliminar todos os temores que poderiam torná-los mais reservados e fazer com que ficassem incomodados e reticentes.

Na verdade, o amor-próprio está sempre interiormente muito afastado dessa disposição. Não gosta que os outros percebam nossos defeitos e ainda menos que nos avisem deles. Mas não deixa de agir exteriormente da mesma forma que a caridade. Pois conhecendo, por meio desses avisos que nos dão, a má impressão que têm de nós, a razão leva-nos logo a concluir que é preciso tratar de dominar essa impressão – ou ao menos de não a aumentar. E consultando em seguida a disposição do espírito dos outros para saber como deve fazer isso, reconhece facilmente que nada os choca mais do que o orgulho daqueles que não

aceitam ser advertidos sobre nenhum defeito, que se revoltam contra a verdade, por mais clara que ela seja, e que gostariam que todo o mundo estivesse cego a seu respeito ou suprimisse todos esses sentimentos na medida em que não lhes são vantajosos; ao contrário, nada suaviza mais as pessoas do que não encontrar essa resistência e ver que temos deferência por seu juízo e por suas luzes, e, assim, que nos submetemos, em alguma medida, a seu império. O amor-próprio toma sem hesitar esse último partido, e, com isso, faz com que nos insinuemos tão agradavelmente para dentro do coração daqueles que nos criticam, que eles gostam mais dos que se rebaixam dessa maneira do que daqueles que, não tendo esses defeitos, não dão ocasião de proporcionar-lhes o mesmo prazer. Pois é preciso notar que nossos defeitos não são, em si mesmos, contrários ao amor-próprio dos outros e que, do mesmo modo, as mais belas qualidades não lhe são amáveis por si mesmas. É a relação que esses defeitos ou essas belas qualidades têm com eles. De modo que, se esses defeitos nos tornam mais humildes aos seus olhos ou se essas belas qualidades nos tornam mais orgulhosos, eles nos amarão com esses defeitos e nos odiarão com todas essas belas qualidades.

Fica claro que essa conduta tende diretamente à finalidade do amor-próprio, que é a de ganhar a estima e a amizade dos homens. E é por isso que a correção [honnêteté] humana não falha nunca em seguir essa conduta e mesmo o faz frequentemente com mais exatidão do que a verdadeira piedade, quando essa piedade não é perfeita. Pois como a caridade é muitas vezes menos ativa do que o amor-próprio, acontece frequentemente também que as pessoas piedosas pareçam mais sensíveis e mais delicadas que as pessoas corretas [honnêtes] na sociedade, quando são advertidas acerca dos defeitos que são notados em sua conduta ou em suas obras, porque, por não ter nesses casos uma caridade bem viva, não têm também aquele amor-próprio esclarecido que a suplementa, no que se refere às ações exteriores.

CAPÍTULO VIII

Que o amor-próprio se conduz da mesma maneira que a caridade no que se refere às suspeitas injustas e aos inimigos.

A conduta que as pessoas de bem são levadas pela caridade a adotar, quando suspeitas injustas e impressões não razoáveis são levantadas contra elas, não é a de censurar e mostrar descontentamento e azedume, mas a de se justificar modestamente, demonstrando que não ficam surpresos que, sendo homens, tenham sido suspeitos de erros humanos; em uma palavra, não é a conduta de se queixar dessas suspeitas, mas a de esforçar-se para debelá-las, porque devem ser vistas como um mal perigoso para aqueles que as conceberam, e que o meio de livrá-los disso não é fazendo censuras, quando não estão convencidos de que estão errados, mas mostrando-lhes suavemente a falsidade de suas suspeitas, para obrigá-los por esse meio a condenar-se a si próprios.

Na verdade, se seguimos nessas ocasiões os primeiros movimentos do amor-próprio, estaremos bem longe dessa moderação. Esses movimentos serão, ao contrário, apenas arroubos cheios de ressentimento e de azedume. Mas se consultamos a razão, resolvidos a segui-la para chegar ao fim que devemos ter – que é o de apagar essas suspeitas injuriosas e de restabelecer nossa reputação no espírito daqueles que as conceberam –, é preciso que tomemos o mesmo caminho. Pois tudo aquilo que manifesta arroubo e paixão é capaz apenas de aumentar as más impressões que foram concebidas contra nós. E, ao invés de ter apenas os espíritos predispostos contra nós, levamos desse modo acrimônia às vontades, e fazemos com que a vontade se interesse em sustentar as impressões do espírito. Assim, o amor-próprio, prevendo esse efeito ruim, reduz-se, apesar de tudo, a imitar essa conduta suave e moderada que a caridade prescreve.

Mas quem jamais acreditaria que o amor-próprio, no momento mesmo em que teria a intenção de desacreditar seus inimigos, de torná-los odiosos, de fazer com que sejam condenados por todo o mundo por baixa e por injustiça, não poderia fazer melhor, para ter sucesso, do que seguir os passos da caridade? No entanto, é isso o que acontece fre-

quentemente. Pois comumente não há nada que faça melhor notar os procedimentos baixos e desonestos que são usados contra nós do que opor a eles um procedimento pleno de moderação e de correção [honnêteté]. Essa oposição, que ressalta a diferença dessas duas condutas contrárias, põe uma e outra sob uma luz mais forte. A correção [honnêteté] parece mais bela de um lado, e a desonestidade mais vergonhosa de outro. E assim o amor-próprio consegue tudo o que pretende, que é que nos elevemos e que rebaixemos aqueles que nos ofenderam.

Sobre isso, lembro-me de que, quando foi publicado um certo livro^{XVII}, no qual o autor pretendia ter reunido diversas faltas contra a língua, que ele acreditava ter encontrado em obras piedosas que passavam por bem escritas, algumas pessoas reunidas discutiram, em uma conversa, o que aqueles que estavam envolvidos deveriam fazer frente a isso. Todos concordaram que, por serem as observações desse autor tão pouco importantes que não deveriam ter sido levantadas sequer contra escritos que não teriam outra finalidade senão a de adquirir a reputação de escrever bem, aqueles que ele atacava não deveriam ter a menor preocupação de dar uma resposta sobre questão tão pequena, por mais que esse autor tenha errado em algumas de suas observações. Mas quando se começou a falar sobre o que deviam fazer, não se manteve o mesmo consenso. Houve quem sustentasse que não deviam sequer admitir que viram esse livro. Mas o maior número acreditava que deviam tomar outro partido e que, como única resposta, bastava que corrigissem de boa fé nas edições seguintes desses livros tudo aquilo que esse autor censurou com alguma aparência de justiça. A razão que alegavam, além do motivo geral de honrar a verdade em tudo, é que não havia melhor maneira de fazer o público avaliar com equidade esse autor e aqueles que ele atacou do que conduzir-se com relação a ele dessa forma moderada. Confesso que fui dessa opinião e que acreditei que não havia outra mais conforme nem à caridade, que tende sempre a nos humilhar, nem ao amor-próprio, que fica bem contente em destacar os defeitos daqueles que nos quiseram rebaixar. Eu mesmo faria isso de bom grado, se tivesse

XVII Trata-se da obra *Entretien d'Ariste et d'Eugène*, do jesuíta Dominique Bouhours, publicada em 1671. Essa obra continha diversas críticas ao estilo dos jansenistas e, em especial, à tradução do Novo Testamento feita por Lemaistre de Sacy. [NT]

a oportunidade, sem pretender obrigar ninguém a crer que seja um ato de humildade, pois reconheço que pode ter facilmente um outro princípio.

CAPÍTULO IX

***Que o amor-próprio segue os mesmos caminhos da caridade,
no que diz respeito às boas e más qualidades dos outros.***

Não é difícil julgar, pelo que foi dito até aqui, que a conduta correta [honnêteté] não deve ser diferente da caridosa no que se refere às boas e más qualidades dos outros. Vê-se facilmente a que leva a caridade, com respeito ao bem que ela nota em outrem. Como ela se alegra interiormente com isso, dá testemunho de sua alegria exteriormente de todas as maneiras possíveis; e longe de tender a esconder esse bem que nota, faz o possível para ressaltá-lo e valorizá-lo. O bem de outrem, pelo amor que a caridade lhe devota, torna-se seu bem próprio, e ela até mesmo de bom grado dá mais atenção a ele do que ao seu próprio bem, porque não teme nisso a complacência e a vaidade.

Ora, ainda que o amor-próprio, bem longe de ter essa bondade e essa ternura pelos outros, seja ao contrário naturalmente maldoso, ciumento, invejoso, cheio de veneno e de fel; ainda que o que dá destaque aos outros o incomoda e o machuca, e não o vemos favorável de boa fé aos elogios que são feitos a outros – a menos que tire disso alguma vantagem e que isso sirva de meio para elevar-se; quando chegamos, no entanto, a considerar o efeito que seria causado no espírito dos outros se mostrássemos abertamente essas tendências, concluímos imediatamente por escondê-las. Vê-se bem que esse seria um meio de fazer com que nos vejam como um inimigo público e que nos tornaríamos desse modo objeto do ódio e da rejeição de todo mundo; que não seríamos odiosos apenas para aqueles que seriam objeto de nossa malignidade, mas também para aqueles mesmos que pouparíamos – já que ninguém pode estar seguro de receber justiça de pessoas nas quais notamos esse fundo mal, e cada um teme com razão tornar-se objeto de sua inveja. A correção [honnêteté] faz-nos portanto tomar justamente o contrapé. Faz com que ostentemos na aparência externa uma extrema equidade, que louvemos de bom grado o que é louvável, que valorizemos tanto quanto podemos todas as boas qualidades dos outros e não recusemos, nem mesmo a nossos inimigos, os testemunhos de estima que merecem.

E desse modo temos sucesso no objetivo de nos fazer amar; adquirimos amigos, suavizamos os inimigos e ficamos bem com todo mundo.

É por essas mesmas razões que ela manifesta uma extrema indulgência com relação aos defeitos dos outros; longe de exagerá-los ou de divulgá-los, cobre-os e os desculpa tanto quanto possível; nunca despreza ninguém; tudo explica pelo lado bom; satisfaz-se facilmente e não pretende ser fina e sutil para descobrir os defeitos nas pessoas que são geralmente estimadas; evita as suspeitas temerárias e mal fundadas, e prefere de certa forma enganar-se a deixar-se levar por suspeitas injuriosas ao próximo. Tudo isso tende muito diretamente ao fim do amor-próprio. Pois como não poderíamos ignorar totalmente que temos defeitos, odiamos antecipadamente aqueles que imaginamos que nos desprezarão quando se derem conta desses defeitos, e não poderíamos, ao contrário, deixar de amar aqueles com cujo apoio, condescendência e bondade contamos.

CAPÍTULO X

Semelhança entre a caridade e o amor-próprio com respeito às outras virtudes.

Basta percorrer as outras virtudes para descobrir ainda várias outras semelhanças entre a caridade e o amor-próprio. Pois se a caridade é paciente nas injúrias, porque procura dessa forma suavizar a acrimônia daqueles que nos ultrajam; se faz com que soframos todo tipo de maus tratos com alegria para satisfazer à justiça de Deus; e se nos persuade que merecemos tratamento ainda mais duro – o amor-próprio tem também uma paciência interessada e vaidosa, que produz exteriormente os mesmos efeitos. Ele nos impede de querer passar por orgulhosos e presunçosos. Ensina-nos que é sempre bom não indispor as pessoas mais do que já estão indispostas e, com base nisso, faz com que tomemos o partido de dissimular as injúrias que recebemos.

Se a caridade faz o bem por um desejo de servir, o amor-próprio quer também que façamos o bem para assim reinar nos espíritos dos outros e para fruir dos movimentos que a beneficência produz neles.

Se a caridade trata de se esconder quando faz bem aos outros para não atribuir esse ato a si mesma, o amor-próprio faz o mesmo para tornar mais obrigados aqueles que favorece, pois nos sentimos tanto mais obrigados quanto menos aquele que fez o bem ressalta isso.

Se a caridade estende sua beneficência àqueles de que não espera nada, e mesmo aos inimigos, porque considera apenas o bem deles e não seus interesses, o amor-próprio faz o mesmo porque sabe que, quanto mais desinteressada e isenta de toda finalidade própria parece ser a beneficência, mais ela atrai uma afeição geral pela esperança que dá a todo mundo de receber o mesmo.

Se a caridade é grata com todo mundo porque sua gratidão para com Deus se espalha sobre todos os instrumentos de que ele se serve para nos proporcionar o bem, o amor-próprio nos faz aparentar sê-lo,

com medo de descontentar o amor-próprio dos outros, que se magoa quando falhamos nisso.

Enfim, se a caridade nos torna fieis a todo mundo por um amor sincero à justiça, o amor-próprio nos faz praticar a mesma fidelidade para atrair a confiança dos homens.

A caridade, como diz o Apóstolo^{XVIII}, não é ambiciosa, porque aqueles que são por ela animados estimam pouco essas honrarias humanas e essas grandezas temporais que a ambição busca; porque temem mais do que desejam essas honrarias e porque encontram-se sempre bem no lugar onde a providência de Deus os colocou. Não se pode dizer o mesmo da correção [honnêteté] humana; e se quisermos julgá-la por seu fundo, não apenas ela não está isenta de ambição, mas não é outra coisa senão uma ambição fina e delicada. No entanto, não deixa ainda de imitar exteriormente nisso a conduta da caridade. Pois sabe tão bem esconder seus desejos ambiciosos, com medo de encontrar oposição no amor-próprio dos outros – sempre alerta quanto a isso –, que diríamos que não tem nenhuma pretensão, que só pensa nos outros e que se esquece de si mesma. Se pensa em se engrandecer, é sem insistência e sem baixeza, e faz tão bem que parece sempre que a fortuna veio ao seu encontro por si mesma, sem que tenha sido necessário fazer qualquer procedimento nem nenhum movimento para atraí-la.

Há mesmo aqueles a quem o amor-próprio faz ir mais longe, afastando-os efetivamente das grandes fortunas e dos grandes empregos, ainda que não lhes fosse impossível alcançá-los. O repouso de uma vida doce e tranquila, na qual recebemos quantidade de amigos ilustres e prestamos favores a muitas pessoas de qualidade e de mérito, sem interesse e sem dependência, contentando-nos de ter no mundo uma reputação de homem civil, obsequioso, desinteressado, bom amigo – essa vida, dizia eu, tem seus charmes, que podem fazer com que um amor-próprio sábio e esclarecido e que sabe comparar as vantagens e as desvantagens dos diversos estados prefira-a a todas as grandezas do mundo. Foi essa

XVIII Referência a São Paulo e sua primeira epístola aos coríntios. [NT]

a ideia que Pomponius Atticus^{XIX} se propôs a seguir e que seguiu com tanta felicidade que, mesmo encontrando-se no meio dos muitos partidos inimigos que, na sua época, dilaceravam a República de Roma, foi sempre amigo de todos e serviu a todos, sem irritar a ninguém. Há ainda imitadores de Atticus e podemos dizer em seu favor que, se fosse permitido ou possível ser feliz nesta vida, eles teriam descoberto o segredo para isso e que a escolha deles é infinitamente mais sábia do que a daqueles outros, que, querendo sempre engrandecer-se por meio de uma ambição sem limites, privam-se por isso dos dois principais bens da vida, que são a segurança e o repouso.

É fácil de ver também que, assim como a caridade nos afasta dos prazeres dos sentidos, porque mantém a alma em ordem e só permite que ela se ligue apenas a Deus, a correção [honnêteté] deve fazer o mesmo, porque a sujeição aos prazeres do corpo tem sempre alguma coisa de baixo e de desprezível, que avilta e desfigura a ideia de nós mesmos que nosso amor-próprio deseja imprimir no espírito dos outros.

Temos mesmo razão de desconfiar daqueles que são dominados por seus prazeres e de temer da parte deles todo tipo de covardias e de injustiças. Pois que segurança podemos ter de que sua paixão não vencerá quando for contrária a seu dever para com os homens, já que vemos que ela tão frequentemente vence aquilo que devem a Deus?

Assim, a correção [honnêteté], que quer sempre conservar sobretudo a reputação de uma fidelidade inviolável e de uma firmeza inflexível quanto a seus deveres, finge parecer isenta dessa paixão pelos prazeres, que dá azo a uma tão justa desconfiança.

Enfim, para não levar essa conformidade da caridade e do amor-próprio a um detalhamento tedioso, contentar-me-ei de acrescentar ao que disse que é tão verdadeiro que o amor-próprio pode imitar todas as ações da caridade, que ele se insinua mesmo frequentemente naquelas

XIX Titus Pomponius Atticus, amigo e correspondente de Cícero, exilou-se em Atenas durante a guerra civil e, ao voltar para Roma, conseguiu manter-se afastado dos assuntos políticos. Seu comportamento foi muitas vezes tomado como exemplar no século XVII francês. [NT]

ações em que parece poder ter menor participação e que são destinadas a mortificá-lo e a destruí-lo.

Ele sabe algumas vezes fazer os religiosos jejuarem ou, ao menos, aliviar uma parte do sofrimento de seu jejum. As penitências, os cilícios e as disciplinas estão algumas vezes ao seu serviço e quase não há humilhação que não possa praticar. E ainda que tire menos vantagem da solidão, do silêncio e das austeridades secretas do que de qualquer outra coisa, há, contudo, alguns canais escondidos e certas vias subterrâneas por onde poderia talvez insinuar-se. Enfim, é mesmo capaz de nos fazer sofrer a morte com alegria. E para que não haja meio certo de distingui-lo da caridade mesmo no martírio, os santos nos ensinam, segundo São Paulo, que há mártires por vaidade, assim como os há por caridade. É por isso que Santo Agostinho, depois de ter dito que “a vaidade imita com tanta semelhança as obras da caridade, que quase não há diferença entre os seus efeitos; que a caridade alimenta os pobres e que a vaidade os alimenta também; que a caridade jejua e que a vaidade também sabe jejuar; que essas obras nos impressionam bem os olhos, mas que não saberíamos distinguir as que provêm do bom ou do mau princípio” – acrescenta enfim que “a caridade morre e nos leva ao martírio e que a vaidade também morre e sofre o martírio.”^{XX}

Mas há, contudo, esta diferença entre as ações virtuosas que são duras, penosas e humilhantes e aquelas que não têm nada de brilhante sem serem penosas: que quando o amor-próprio leva as pessoas à humildade, à paciência e ao sofrimento, é por uma espécie de bizarrice e de desregramento. Pois é bem claro, por exemplo, que o meio de atingir os fins naturais que ele se propõe não é o de se fechar na solidão para não conversar com ninguém ou para ouvir apenas sobre seus pecados e seus defeitos. E assim não é provável que haja quem adote esse tipo de vida tão contrário às inclinações naturais e que persevere nele por outros motivos que não o da salvação. Mas o mesmo não se dá com a maior parte das ações virtuosas que podemos praticar no mundo. O amor-próprio, ao praticá-las, só avança melhor os seus fins; e é preciso que

XX Santo Agostinho, *In epistolam Joannis ad parthos Tractatus decem*, tratado 8, n. 9. [NT]

seja arrastado, contra seus próprios interesses, por alguma outra paixão não razoável para tomar outros caminhos que não esses.

CAPÍTULO XI

O amor-próprio esclarecido poderia corrigir todos os defeitos exteriores do mundo e formar uma sociedade bem regulada. Que seria útil manter isso em mente, instruindo as pessoas de importância.

Podemos concluir de tudo o que dissemos que, para reformar inteiramente o mundo – ou seja, para banir todos os vícios e todas as desordens grosseiras e para tornar os homens felizes já nesta vida mesma – bastaria, na falta da caridade, dar-lhes a todos um amor-próprio esclarecido, que soubesse discernir seus verdadeiros interesses e soubesse buscar satisfazê-los pelos meios indicados pela reta razão. Por mais corrompida que fosse essa sociedade, por dentro e aos olhos de Deus, não haveria nada melhor regulado exteriormente, nada de mais civil, de mais justo, de mais pacífico, de mais honesto, de mais generoso; e o que seria mais admirável, é que, apesar de ser animada e movida apenas pelo amor-próprio, o amor-próprio não apareceria, e que, apesar de estar inteiramente desprovida de caridade, ver-se-ia por toda parte apenas as formas e características da caridade.

Talvez não fosse inútil que aqueles que são encarregados da educação das pessoas de importância tivesse isso gravado na mente, a fim de que, se não pudessem inspirar neles os sentimentos de caridade como desejariam, tentassem ao menos formar o amor-próprio deles e ensinar-lhes como a maior parte dos caminhos que tomam para contentar esse amor-próprio são falsos, mal entendidos e contrários aos seus verdadeiros interesses e como lhes seria fácil tomar outros caminhos que os conduziriam sem dificuldade à honra e à glória e lhes trariam a afeição, a estima e a admiração de todo mundo. Se por esse meio não tivessem sucesso em torná-los úteis a si mesmos, teriam êxito ao menos em torná-los úteis aos outros e os colocariam em um caminho que é sempre menos afastado da via celeste do que o caminho que seguem, pois quase bastaria mudar de finalidade e de intenção para que se tornassem tão agradáveis a Deus por meio de uma virtude verdadeiramente cristã, quanto o são aos homens pelo brilho dessa correção [honnêteté] humana para a qual seriam formados.

CAPÍTULO XII

Que é muito difícil discernir em nós mesmos se agimos por caridade ou por amor-próprio. Três razões dessa dificuldade.

Mas seria pouco importante que esses dois princípios tão diferentes, dos quais um carrega frutos de vida e o outro frutos de morte, fossem confundidos nas ações, se fosse ao menos fácil para cada um discernir o princípio que o faz agir e assim pudesse julgar suas ações e seus estados. O que é mais estranho é que frequentemente essa mistura e essa confusão começa no coração mesmo, de modo que não saberíamos distinguir se é por caridade ou por amor-próprio que agimos, se é a Deus ou a nós mesmos que visamos, se é pelo céu ou pelo inferno que trabalhamos. Essa obscuridade tem diversas causas e ressaltarei aqui três delas.

A primeira é que essas opiniões sobre os juízos dos homens e os movimentos de seus corações que visam a nós, que são a regra, a fonte e o objeto da correção [honnêteté] humana, não são sempre acompanhadas por reflexões formais e expressas, e os movimentos que produzem são ainda mais frequentemente imperceptíveis a nós. Algumas vezes não são mais, no que se refere ao espírito, do que certos olhares e certos pensamentos passageiros, pelos quais ele se volta, como às escondidas, para esses juízos de que somos objeto; e, no que se refere ao coração, não são mais do que certas inclinações escondidas que o fazem suavemente mudar a direção: de modo que não se reflete expressamente sobre essa inclinação nem sobre o pensamento que a produz, ainda que seja isso que dá impulso a nossas ações exteriores e que é o seu princípio.

A segunda é que acontece muitas vezes que, mesmo quando somos movidos de fato apenas pelo medo de desagradar aos homens ou pelo desejo de agradá-los, não temos absolutamente nenhum conhecimento nem nenhum pensamento distinto nem de um, nem de outro; e isso porque agimos muitas vezes sem conhecimento distinto e levados pelo simples hábito, que é conduzido apenas por um pensamento confuso. Por força de considerar certas ações como capazes de nos atrair a infâmia pública e a aversão das pessoas corretas [honnêtes gens], forma-se em nosso espírito uma ideia confusa, que no-las representa como odio-

sas, sem que o espírito distinga por quê; e essa ideia basta para provocar no coração um movimento de aversão e de distanciamento. Ora, essas ideias confusas e esses movimentos se parecem tanto com verdadeiras considerações de caridade – que levam a odiar as más ações por causa da injustiça que implicam –, que é quase como se só a Deus seria possível discerni-las.

Enfim, a terceira é que, mesmo quando temos a caridade no coração e mesmo que ela nos conduza aos objetos que lhe são próprios, ainda assim, como a cupidez caminha muitas vezes pelos mesmos caminhos e leva aos mesmos objetos, ainda que por motivos diferentes, faz-se uma mistura no espírito e no coração desses dois tipos de opiniões e de movimentos, sem que se saiba com certeza qual é o que prevalece e qual é o verdadeiro princípio de nossas ações. Visamos a Deus e ao mundo, tudo junto. O coração fica contente de agradar a um ou ao outro, e ignora se é Deus que refere ao mundo ou o mundo que refere a Deus – esse discernimento só pode ser feito pelo descortino de um certo fundo que está no coração e que só é conhecido com evidência por Deus.

CAPÍTULO XIII

Que a ignorância em que estamos, se agimos por caridade ou por amor-próprio, é-nos útil por várias razões.

Eis aí é a condição comum dos homens nesta vida, mesmo quando são de Deus. O amor-próprio age mais grosseiramente em uns do que em outros, mas vive e age em todos em algum grau; e é raro que possam assegurar-se, a propósito de alguma ação em particular, que seja inteiramente isenta de objetivo próprio. Mas ainda que esse estado seja para eles um grande objeto de lamento e de medo, podem, contudo, encontrar nele grandes objetos de consolo, se examinam as razões pelas quais Deus permite que permaneçam nele e não os eleva a um grau mais alto de virtude.

É visível primeiramente que a intenção que Deus tem de esconder o reino dos céus, que veio estabelecer sobre a terra, exige que as pessoas de bem sejam confundidas exteriormente com os maus e que não sejam distinguidas por marcas claras e sensíveis. Pois se os fieis, que ele anima por seu espírito e nos quais reside como em seu templo, fossem um certo gênero de homens separado dos outros, e como que uma nação à parte que o mundo pudesse discernir por ações exclusivas, seriam todos eles milagres públicos, contínuos e subsistentes, que destruiriam o estado da fé, pela qual Deus quer salvar os homens. Os maus, que se veriam na impossibilidade de imitá-los, saberiam desse modo claramente que a natureza não poderia conduzir ao estado de pessoas de bem. É preciso então que haja ações puramente humanas que se assemelhem tão fortemente às ações sobrenaturais e divinas que a distinção não seja possível. E como as pessoas de bem não cometem crimes, e que assim não podem ser confundidas por esse meio com os maus, é preciso que os maus possam imitar suas ações virtuosas e fazer isso de forma que sejam de tal modo semelhantes exteriormente que não se possa distingui-las.

Mas não é apenas um efeito da justiça de Deus subtrair da vista dos maus os tesouros das graças que ele põe nos justos: é também um efeito de sua misericórdia para com os próprios justos. É útil para eles que não se conheçam e que não vejam em si mesmos sua própria justiça.

Essa visão seria capaz de fazê-los falhar. O homem é tão fraco em sua força mesma que não poderia sustentar o seu peso. E por uma estranha inversão que tem sua fonte na corrupção de seu coração, ainda que seu bem consista em possuir as virtudes e seu mal em estar cheio de seus defeitos, é-lhe mais perigoso no entanto conhecer suas virtudes do que seus defeitos. O conhecimento de sua humildade o torna orgulhoso e o conhecimento de seu orgulho o torna humilde. Ele é forte quando se conhece fraco e é fraco quando se acredita forte. Assim essa obscuridade que o impede de discernir claramente se ele age por caridade ou por amor-próprio, muito longe de prejudicá-lo, é-lhe salutar. Ela não lhe retira as virtudes, mas o impede de perdê-las, ao mantê-lo sempre na humildade e no medo, e ao fazer com que desconfie de todas as suas obras e que se apóie unicamente sobre a misericórdia de Deus.

Essa é a grande utilidade dessa semelhança exterior entre as ações do amor-próprio e as da caridade. Mas podemos notar ainda algumas outras que não são pouco consideráveis.

Acontece muitas vezes que a caridade é fraca em algumas almas, e nesse estado de fraqueza ela seria facilmente extinta pelas tentações violentas, se Deus não permitisse que essas tentações fossem enfraquecidas e mesmo compensadas por certos motivos humanos que freiam seu impulso e que dão à alma meios de seguir o instinto da graça. O medo dos juízos dos homens é um desses motivos, e não há outro que deixe maior impressão sobre o espírito. Na verdade, ele não é suficiente sozinho para sobrepujar as tentações de uma maneira cristã, já que esse medo nasce apenas da vaidade, mas suspende seu impulso, e se acontece da alma ter alguma faísca de verdadeira caridade, ele a põe em condições de segui-la. E é por isso que vemos que os santos legisladores das ordens religiosas não negligenciaram esses meios humanos, e que associaram a certos erros penitências que provocavam embaraço diante dos homens, a fim de que o medo desse embaraço humano tornasse os religiosos mais zelosos em evitá-los. Não é que pretendessem fazê-los agir por esse único motivo, mas sua intenção foi que se servissem disso para fortificar-se contra a negligência e que esse medo humano servisse de arma e de instrumento à caridade, a fim de melhor resistir à inclinação da natureza.

Não é, portanto, inútil aos homens, no estado de fraqueza em que estão, que sejam afastados dos vícios não apenas pela caridade, mas também por essa espécie de amor-próprio que chamamos de correção [honnêteté], a fim de que, nos langores da caridade, essa correção [honnêteté] possa sustentar o espírito e impedi-lo de cair em excessos perigosos. E é isso que faz com que vejamos muitas vezes estranhas reviravoltas naqueles que, sendo pouco sensíveis aos julgamentos dos homens e preocupando-se pouco em agradá-los ou desagradá-los, são algumas vezes tocados por sentimentos passageiros de piedade. Pois quando esses sentimentos vêm a faltar, não tendo então freio que os retenha, eles são capazes de se deixar levar por todo tipo de bizarrices e caprichos. Assim, quando se trata de confiar nas pessoas, é bom considerar se, além da consciência que os afasta do mal, eles têm ainda uma certa correção [honnêteté] que lhes faça temer fazer coisas que são condenadas pelas pessoas sábias e sensatas, não havendo espíritos mais perigosos do que aqueles que são capazes de sustentar uma conduta desarrazoada e bizarra contra o juízo público e de se pôr sem razão acima dos juízos de todos aqueles que os conhecem.

Enfim, não seria um motivo bastante forte para estimular a prática das virtudes, poder dizer a si mesmo que seríamos bem infelizes se nos afastássemos do caminho ao qual a caridade e o interesse próprio nos levam igualmente e nos tornássemos, ao se afastar dele, igualmente odiosos a Deus e aos homens? Não seria um motivo para louvar a Deus, que ele tenha querido que a maior parte das desordens que nos proíbe sejam contrárias ao bem dos homens já nesta vida e devem ser evitadas pelo único motivo do interesse humano? Enfim, não seria um meio de melhor conhecer a estranha corrupção da natureza e a violência de nossas paixões, ver que elas nos fazem esquecer não apenas o que devemos a Deus, mas também o que devemos a nós mesmos, e que nos tornam infelizes neste mundo e no outro? Pois se há menos glória e mérito em servir a Deus quando satisfazemos com isso nosso interesse, há sem dúvida mais desregramento e desordem em não o servir, quando simultaneamente nos privamos desse interesse mesmo que nos leva a desejar e a buscar nossa própria vantagem.

REFERÊNCIAS

NICOLE, Pierre. *Essais de morale*. Escolha de textos, introdução e notas por Laurent Thirouin. Paris: PUF, 1999.

Recebido em 26 de julho de 2023
Aprovado em 20 de agosto de 2023
Publicado em 16 de agosto de 2024